

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008716-28.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Associação**  
 Requerente: **Osvaldo Gonçalves Pereira**  
 Requerido: **Associação Amor e Serviço À Vida**

Justiça Gratuita

Vistos.

OSVALDO GONÇALVES PEREIRA pediu a nomeação de administrador provisório para a ASSOCIAÇÃO AMOR E SERVIÇO À VIDA, porquanto ao longo ficou desprovida de administração regular.

Juntou documentos.

O Ministério Público concordou com a nomeação, requerendo que o autor, no prazo máximo de trinta dias, convoque a assembléia para a eleição de nova diretoria.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Conforme se depreende, a entidade associativa deixou de promover a regular nomeação de seus administradores ao longo do tempo, em assembléias de associados, esgotando-se os poderes dos que foram nomeados por último, carecendo agora de representação, ou melhor, de *presentação*.

As pessoas jurídicas atuam mediante os órgãos previstos no estatuto e no contrato, que são, em geral, a diretoria e a assembléia geral ou o conselho deliberativo. Esses órgãos não representam propriamente a pessoa jurídica, que não é incapaz, mas apenas a *presentam*, como preleciona Pontes de Miranda (cfe. Carlos Roberto Gonçalves, "Direito Civil Brasileiro", Editora Saraiva, 2007, volume I, páginas 189/190).

Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório (Código Civil, artigo 49).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Trata-se de autêntica intervenção judicial na esfera privada. Justifica-se, porque a continuidade da pessoa jurídica em grande parte interessa a terceiros, não devendo sofrer solução de continuidade.

A falta de administração a que a lei se refere pode dar-se tanto por razões de ordem jurídica como de ordem material, ficando a entidade acéfala.

Não há procedimento específico na lei processual, mas, pela própria natureza do provimento almejado, deve-se seguir o geral da jurisdição voluntária (art. 1.103 do CPC).

Cessa a atuação do administrador provisório tão logo seja outro indicado na forma do ato constitutivo (Nestor Duarte, "Código Civil Comentado", Coordenador Ministro Cezar Peluso, Editora Manole, 2ª edição, página 56).

A nomeação recairá sobre a pessoa que tomou a iniciativa de postular a medida em juízo, depreendendo-se interesse seu, de regularizar a administração da associação.

Convém estabelecer um prazo para o exercício dessa função provisória, de modo a que, além de praticar os atos jurídicos necessários à administração, promova, convoque os demais associados e providencie, na forma estatutária, a nomeação e posse dos novos administradores. O prazo de três meses se afigura adequado.

Diante do exposto, acolho o pedido e nomeio OSVALDO GONÇALVES PEREIRA administrador provisório para a pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO AMOR E SERVIÇO À VIDA, com poderes de administração pelo prazo certo e determinado de três meses, contados da data do compromisso em juízo, incumbindo-lhe a prática dos atos ordinários de representação, previstos nos respectivos estatutos, bem como a convocação de assembléia geral para escolha e eleição dos órgãos diretores, isso no prazo máximo de trinta dias, comprovando nos autos posteriormente o registro da respectiva ata.

Sem custas.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de agosto de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**